



Exmo/a Senhor/a
Irmãos Luzias - Máquinas e Alfaias Agrícolas, Lda
Rua D. Afonso III, 43 - Apartado 340

7801-904 BEJA

NIF Entidade: 501160817

Referência	Data de emissão	Processo	Serviço emissor
Ofício n.º 944 / 2017	13/02/2017	2017/300.10.005/9	Contratação Pública

Assunto: Notificação de adjudicação - Procedimento 2017/300.10.005/9 -
Aquisição de trator agrícola novo

Exmos. Senhores,

Nos termos do disposto no art.º 77.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, informa-se V. Exas. que por despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 10/02/2017 é adjudicada a essa empresa a aquisição dos bens mencionada em epígrafe, pelo valor de **€ 40.000,00 (quarenta mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Em cumprimento do n.º 3 do art.º 77 do CCP, remete-se em anexo o relatório final de análise de propostas.

Assim, de acordo com o estabelecido no n.º 1 art.º 81.º do CCP, no prazo de 5 dias úteis deverá ser remetida Declaração Anexo II do CCP, bem como os documentos comprovativos de que não se encontram nas situações previstas nas alíneas b), d), e), i) do art.º 55.º do referido diploma legal, respetivamente:

- a) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- b) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;



c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, Direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

A adjudicação caduca se os documentos de habilitação não forem apresentados dentro do prazo supra citado e se os mesmos não forem redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada.

Deverá ainda ser apresentada em simultâneo uma Certidão Permanente atualizada ou o Código de acesso on-line através do Portal da Empresa.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe da Divisão de Administração e Finanças

(No uso de competências delegadas, por despacho datado de 08 de novembro de 2016)